

DEFININDO O ANARQUISMO

Organização Socialista Libertária (OSL)

“A luta de classes, criada pela escravidão dos trabalhadores e suas aspirações por liberdade, gerou entre os oprimidos a ideia do anarquismo: a ideia da negação completa do sistema social de classes e de Estado, e de sua substituição por uma sociedade livre, sem Estado e de trabalhadores que administram a si mesmos.”

Dielo Truda

Neste momento, em que tem havido, por um lado, uma ampla retomada de interesse nos pensamentos e nas práticas anarquistas e, por outro, pouco conhecimento do tema, nos propomos a contribuir, neste breve texto, para que o anarquismo seja melhor e mais adequadamente conhecido.

ABANDONAR O SENSO COMUM E AS POSIÇÕES DE ADVERSÁRIOS E INIMIGOS

Conhecer o anarquismo não é tarefa simples, visto que em torno desse termo há sentidos estabelecidos pelo senso comum e pelas afirmações de adversários e inimigos dos/as anarquistas.

Por isso, antes de tudo, é importante abandonar posições desse tipo, que afirmam que o anarquismo é sinônimo de caos, desordem ou mesmo uma doutrina pequeno-burguesa, idealista, individualista, espontaneísta, contrária à organização.

Tais afirmações não possuem qualquer fundamento histórico.

150 ANOS DE HISTÓRIA NO MUNDO TODO

Responder o que é o anarquismo implica analisar uma experiência histórica extensa, que tem por volta de 150 anos, e que envolveu uma expressiva quantidade de trabalhadores e trabalhadoras do mundo todo. Desde meados do século XIX, o anarquismo existe permanente e globalmente, mesmo que entre fluxos e refluxos.

Foi em meio aos movimentos das classes oprimidas – que se desenvolviam num contexto de fortalecimento do capitalismo, do Estado, contrapondo-se a eles – que o anarquismo surgiu e se espalhou. Isso ocorreu por meio da interação entre pensamento e ação, entre produção teórica e prática nos movimentos populares.

Em sua história, o anarquismo foi responsável por impulsionar mobilizações que não somente conquistaram importantes reformas para as classes oprimidas, mas também, em diversos casos, por estimular episódios de transformação revolucionária de maior envergadura.

Por isso, a mencionada resposta só pode ser dada, de maneira adequada, por meio de uma análise mais ou menos detida dessa grande e heroica história.

ANARQUISMO: BREVE DEFINIÇÃO

Apresentamos a seguir uma resposta, uma definição de anarquismo e, em seguida, uma discussão para aprofundá-la.

O anarquismo é uma ideologia, uma doutrina política, uma forma antiautoritária de socialismo revolucionário que tem por objetivo mobilizar trabalhadores e trabalhadoras de todos os tipos (proletariado da cidade e do campo, campesinato, povos

tradicionais, marginalizados/as e pobres em geral), por meio de uma determinada estratégia, para levar a cabo uma revolução social que acabe com a dominação e que estabeleça a autogestão, o federalismo, a igualdade e a liberdade.

Fundamentado numa crítica social a todas as formas de dominação – sejam elas de base econômica, política ou intelectual/moral e, portanto, de classe, e também de gênero, de raça, de nacionalidade etc. –, o anarquismo pretende chegar a uma sociedade autogestionária, federalista, igualitária e libertária – em que a propriedade seja socializada, o próprio povo governe a si mesmo, e uma cultura concordante fundamente todo este projeto de socialização generalizada.

Os meios para isso, condizentes com esse objetivo, implicam a constituição de uma força social classista e combativa, que tenha por base esse conjunto de sujeitos oprimidos, e que possa intervir na luta de classes por meio de processos que envolvam: participação crescente dos membros, construção pela base, estímulo à luta consciente e ao engajamento voluntário, independência dos inimigos de classe e suas estruturas.

APROFUNDANDO A DEFINIÇÃO

O anarquismo possui como fundamento uma determinada ética – que tem servido para subsidiar suas críticas e proposições, suas propostas “destrutivas” e “construtivas” –, a qual se baseia num conjunto de valores como a defesa da liberdade individual e coletiva; da igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; da solidariedade e do apoio mútuo; do estímulo permanente ao bem-estar, à motivação e à vontade.

É com base nessa ética pautada em valores que os/as anarquistas têm realizado uma dura crítica às diferentes formas de dominação existentes na sociedade, sejam elas de classe ou de gênero, de raça, de nacionalidade. Assim, o sistema capitalista-estatista é compreendido como uma estrutura de dominação em todos os níveis. A dominação de classe é um de seus aspectos mais marcantes e outras formas de dominação a atravessam e influenciam, e também são por ela atravessadas e influenciadas.

O anarquismo formulou uma crítica à dominação, baseada na oposição à dominação/exploração econômica, dos sistemas capitalista e pré-capitalista; da dominação político-burocrática e da coação física, levadas a cabo pelo Estado moderno; da dominação intelectual/moral, perpetrada pela religião, pela escola e, mais recentemente, pela mídia.

Por isso, podemos dizer que o anarquismo é, ao mesmo tempo, anticapitalista e antiestatista.

E não é somente contra o “Estado burguês” ou o “Estado capitalista” que os/as anarquistas vêm lutando. Segundo compreendem, o Estado não é um instrumento que pode ser utilizado por quaisquer classes e com quaisquer finalidades. Trata-se de um instrumento de minorias, essencialmente dominador e que promove, em todos os casos, a dominação de classe. Se por um lado ele pode ser diretamente utilizado pelas classes economicamente dominantes para sua dominação direta ou mesmo para manter a ordem e, assim, garantir seus interesses, ele também tem a capacidade de criar, por si mesmo, outra classe dominante: a burocracia.

A crítica do anarquismo às experiências do “socialismo real” vão nesse sentido: considera-se, em geral, que os partidos comunistas, ao tomarem o Estado em nome do proletariado, constituíram uma nova burocracia, que deu continuidade à dominação do povo trabalhador. A sociedade de classes foi mantida, ainda que a classe no poder tenha se modificado.

As classes e a luta de classes devem ser compreendidas como algo que está para além do campo do trabalho. As classes sociais não são somente um conceito econômico

definido pela exploração do trabalho (detentores dos meios de produção, burguesia, e aqueles que nada possuem exceto sua força de trabalho, proletariado). Entre anarquistas foi muito comum conceber as classes com critérios mais amplos que esses, envolvendo não apenas a propriedade ou monopólio dos meios de produção, mas incluindo também outras formas de capital, os meios de administração, controle e coerção, os meios de produção e difusão do conhecimento e das crenças.

Dessa maneira, no século XIX, por exemplo, não somente a burguesia era considerada uma inimiga de classe, mas também a nobreza, incluindo os “soberanos”, e o clero; dentre as classes oprimidas estariam não somente o proletariado urbano e industrial, mas todos os trabalhadores e trabalhadoras das cidades e dos campos (proletariado, campesinato, povos originários, marginalizados/as etc.).

Atualmente, esse critério implica que se considerem inimigos de classe não apenas os proprietários dos meios de produção, mas também especuladores/as financeiros/as, cúpula do exército, juízes/as, proprietários/as dos grandes meios de comunicação, lideranças das grandes religiões etc.

A dominação de classe ocorre, ao mesmo tempo, em âmbitos mais particulares (dono de uma fábrica versus seus trabalhadores, latifundiário versus camponeses sem-terra etc.) e em âmbitos mais gerais – reduzindo as diferentes classes a dois grandes conjuntos: classes dominantes e classes oprimidas.

Para além do campo particular, a luta de classes também se manifesta – e esta é sua forma mais relevante – entre esses dois amplos conjuntos. Tal é o conflito chave das sociedades modernas e contemporâneas.

Dominações que não são necessariamente de classe, como as de gênero/sexualidade (patriarcado), de raça/etnia (racismo estrutural) e de nacionalidade (colonialismo/imperialismo), também são alvo das críticas anarquistas. Elas não ficam relegadas a um segundo plano e não são consideradas uma mera decorrência da dominação de classe.

Assim, é possível entender por que anarquistas consideram que essas sociedades modernas e contemporâneas, na imensa maioria dos casos, devem ser caracterizadas como sociedades, sistemas, estruturas em que há dominação em todos os níveis; se é possível dizer que a dominação de classe é um de seus traços mais marcantes, não se pode negar que outras formas de dominação, que afetam todas as classes, também estão presentes.

Essa crítica, estabelecida a partir de bases racionais e de uma análise da realidade, considera, levando em conta a ética e os valores anarquistas, que o capitalismo, o estatismo e outros fatores que implicam dominação cotidiana são ruins e prejudiciais para a imensa maioria das pessoas, e que, portanto, devem ser transformados. Encontra-se na própria base do anarquismo a noção de que os sistemas de dominação, como no caso deste que hoje vivemos, devem ser transformados em outros, autogestionários, federalistas, igualitários e libertários.

Mas como essa transformação deve ser levada a cabo? Apesar de haver diferenças entre as estratégias propostas por anarquistas (algo que fundamenta a definição das correntes anarquistas), há uma linha comum que caracteriza em geral sua prática.

O anarquismo busca combater a dominação em geral, e a dominação de classe em particular. A partir da noção de que nossa sociedade implica dominação em todos os níveis e que as classes sociais são componentes fundamentais dessa realidade, os/as anarquistas lutam pelo fim da dominação.

Se a dominação de classe é central e mantida como bandeira de luta em todos os momentos, considera-se também fundamental combater, ao mesmo tempo, outras

formas de dominação. Patriarcado, racismo, imperialismo etc., não devem ser deixados para um segundo momento e nem mesmo serão automaticamente resolvidos com a solução do conflito de classes.

Para promover a transformação social, o anarquismo propõe que se empreenda uma prática política classista, capaz de intervir na correlação de forças da sociedade e em suas relações de poder. Os/as anarquistas pretendem transformar a capacidade de realização de trabalhadoras e trabalhadores, aquilo que essas pessoas têm o potencial de realizar, numa força social viva e real, aplicando-a nos conflitos sociais, na luta de classes e buscando permanentemente aumentá-la. Isso significa aproveitar o potencial que não está sendo utilizado de todas as pessoas oprimidas e colocá-las em prática, de maneira a intervirem, realmente, na correlação de forças que constitui a sociedade.

Esse aumento de força social, mais comumente buscado nas lutas classistas, protagonizadas diretamente por trabalhadoras e trabalhadores, pode ser buscado nas lutas de raça/etnia, de gênero/sexualidade, de nacionalidade, mas, nesses casos, a luta exige uma perspectiva classista, internacionalista e revolucionária.

Mas quem são esses trabalhadores e trabalhadoras que o anarquismo têm historicamente mobilizado? São em geral indivíduos que fazem parte das classes oprimidas.

O anarquismo não se caracteriza pela eleição, fora de contexto, de um sujeito histórico dado de antemão, como acreditam aqueles que defendem ser o proletariado urbano e industrial necessariamente o protagonista da mudança.

Ele se caracteriza, distintamente, pelo investimento na mobilização do conjunto das classes oprimidas em geral. Ao mobilizar esses sujeitos, anarquistas sustentam que, para serem capazes de encabeçar uma transformação revolucionária, eles devem estar conscientes e querer essa transformação, e é por isso que o estímulo à consciência de classe e à vontade de mudança é tão enfatizado. Por isso, no anarquismo, os sujeitos não são completamente determinados pelas estruturas; suas relações sociais, lutas e culturas contribuem para seu engajamento nos processos emancipatórios.

Além disso, em sua prática política, o anarquismo demonstra uma coerência entre objetivos, estratégias e táticas, ou seja, uma coerência entre fins e meios. Trata-se da necessidade de se trilhar caminhos que conduzam aos objetivos desejados. No anarquismo, defendeu-se permanentemente a ideia de que as práticas de hoje devem apontar para a nova sociedade em que se quer viver amanhã.

Por isso, se a sociedade futura defendida é autogestionária, federalista, igualitária e libertária, os meios utilizados nas lutas presentes devem contribuir nesse sentido. Não se cria uma sociedade sem Estado por meio do reforço do Estado. Não se cria uma sociedade com autogestão por meio da militarização do trabalho.

Anarquistas vêm defendendo que suas lutas devem estar atravessadas pelos princípios libertários e, portanto, não podem promover a dominação, seja entre os/as próprios/as anarquistas ou na relação entre anarquistas e outras pessoas, grupos, organizações, movimentos.

Vêm ainda sustentando a necessidade da independência e da autonomia de classe. O que implica a recusa das relações de dominação estabelecidas com partidos políticos, Estado, outras instituições ou pessoas, garantindo o protagonismo popular das classes oprimidas, a ser promovido nas construções das lutas pela base, de baixo para cima, envolvendo a ação direta.

O anarquismo também tem se apoiado no internacionalismo, que sustenta não apenas a recusa do nacionalismo, mas a necessidade de mobilização classista para além das fronteiras nacionais, numa crença clara de que a internacionalização da revolução é central em seu projeto.

Tal é, em linhas gerais, o caminho que tem sido trilhado pelos/as anarquistas para promover uma revolução social, que possa transformar a sociedade no sentido colocado. A violência, nesse processo, é aceita, na maioria dos casos, como ferramenta inevitável para a transformação, especialmente em função da reação das classes dominantes.

A revolução social defendida pelos anarquistas implica transformações de fundo em todos os campos da sociedade e não se encontra dentro dos marcos do sistema de dominação presente. Ela deve acabar com a dominação em geral, e o capitalismo, o Estado, as classes sociais e as instituições dominadoras em particular.

Uma nova sociedade precisa ser não apenas socialista, mas também se pautar em princípios como autogestão e federalismo e, assim, contar com a socialização da propriedade, a administração política feita de baixo para cima pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, assim como uma cultura política libertária condizente. Deve ser uma sociedade que garanta a todos os seus membros e estimule permanentemente a igualdade, a liberdade, a solidariedade, o apoio mútuo e o bem-estar.

GRANDES DEBATES

Quais têm sido os grandes debates entre anarquistas? Apesar de haver diferenças na maneira de analisar a sociedade e em relação às concepções sobre a forma que a sociedade futura deve adquirir – se deve distribuir os produtos do trabalho de acordo com a necessidade ou com o trabalho realizado, se deve ser gerida por sindicatos, conselhos ou bairros, etc. –, as divergências mais importantes se encontram no campo das estratégias.

Na história do anarquismo houve três grandes questões estratégicas em relação às quais os/as anarquistas discordaram e, em alguma medida, ainda discordam: organização, reformas e violência.

No primeiro caso, uma minoria mostrou-se contrária à organização em qualquer nível, priorizando, no máximo, os grupos informais, e uma maioria defendeu a necessidade de organização. Dentre esses últimos, foi mais comum a escolha da organização exclusiva no nível de massas, especialmente nos sindicatos, mas houve também uma parcela considerável que defendeu o dualismo organizacional, a organização em dois níveis: de massas e ideológico. Nesse caso, anarquistas se organizam em organizações de massas, como trabalhadores/as, e em grupos e organizações políticas, como anarquistas.

No segundo caso, uma minoria se posicionou contra as reformas, por acreditar que elas não resolveriam os principais problemas sociais e, mesmo, por sustentar que elas prejudicariam a chegada de uma revolução. Para tais anarquistas, era necessário promover imediatamente a revolução e os ganhos de curto prazo seriam não somente inúteis, mas prejudiciais. Uma maioria defendeu que a luta pelas reformas, a depender de como ela fosse levada a cabo, poderia ser um caminho para a revolução. Segundo essa posição, se a luta pelas reformas fosse feita pelas próprias pessoas oprimidas, estimulada pelos princípios anarquistas, isso seria não apenas pedagógico, mas proporcionaria condições de se avançar para uma transformação de maior envergadura.

No terceiro caso, uma minoria compreendeu que os atos de violência, em geral isolados, poderiam mobilizar pessoas para um projeto revolucionário. Atentados e assassinatos teriam, na compreensão dessas pessoas, um potencial para gerar solidariedade e impulsionar o povo para as ruas. Tal concepção ficou conhecida como a “propaganda pelo fato”. Uma maioria, entretanto, defendeu que a violência não possuía,

por si só, esse potencial mobilizador e deveria, no caso de ser utilizada, vincular-se aos movimentos de massas e ser estrategicamente discutida.

* * *

Nesses debates, nós, os especificistas e plataformistas, temos adotado posições muito claras. Defesa do dualismo organizacional (necessidade da organização anarquista e das organizações populares funcionando ao mesmo tempo e se apoiando de modo complementar), das lutas por reformas como um possível caminho para a revolução (pautando nestas lutas de curto prazo nossa estratégia de massas) e da necessidade de lutas avançadas vinculadas aos movimentos populares e discutidas estrategicamente.

*** Este texto foi publicado originalmente pela CAB com o título de “O que é Anarquismo?” (*Socialismo Libertário*, num. 3). Naquela ocasião, a militância que hoje compõe a OSL teve contribuição determinante em sua elaboração. Por isso, e também por continuar tendo acordo com seu conteúdo, a OSL republica agora esse texto, reivindicando (também) sua autoria, modificando seu título e fazendo algumas alterações em seu conteúdo.**



Este texto é parte do Programa Mínimo de Formação da OSL